



NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

Folha do IAB

JORNAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Nº 170 - MAIO/JUNHO - 2022

Democracia para além do voto

Diariamente, assistimos a ataques do presidente da República e de seus seguidores à democracia, ao Judiciário e às entidades representativas da sociedade civil. O clima no País parece caminhar para um processo de ruptura. Diante da incerteza sobre o que nos espera com a proximidade das eleições, surgem de várias partes reações em defesa da normalidade democrática. Fiel à sua tradição de vanguarda e ao dever estatutário de preservação do Estado Democrático de Direito, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) tomou a iniciativa de criar a Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa, que une representantes de várias entidades contra todo tipo de abuso autoritário.

PÁGINAS 4 e 5

■ Novo projeto traz estudantes de Direito para conhecer a história e o acervo do Instituto

PÁGINA 3

■ Plenário do IAB rejeita projeto de lei que cria 'instrumento de terror e arbítrio'

PÁGINA 7

■ ENTREVISTA
Fernando Fragoço é o novo presidente da Federação Interamericana de Advogados

PÁGINA 8

Mensagem do presidente

Vivemos tempos disruptivos. A dilapidação de nossas estruturas sociais vem sendo vista, com diferentes matizes, em todo o mundo. Não tem sido fácil aos Estados democratas compreender as novas formas relacionais da humanidade, o que vem permitindo o recrudescimento dos discursos de ódio, a intolerância e o avanço do autoritarismo.

Para as gerações que lutaram pelas liberdades constitucionais, depois de um longo e brutal período de regime de exceção e decorridos mais de 30 anos de vigência da Constituição de 1988, seria impensável revisitar todo o discurso de defesa da democracia e da dignidade da pessoa humana. Mas, lamentavelmente, tem sido essa a realidade brasileira.

O agravamento da crise institucional, com recorrentes ataques às urnas eletrônicas, ao trabalho do Tribunal Superior Eleitoral, do Supremo Tribunal Federal e de seus ministros, e o fomento à disseminação de notícias falsas levou o IAB, em linha com sua tradição histórica em defesa da institucionalidade constitucional, a criar a Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa – presidida por nosso confrade benemérito, medalha Teixeira de Freitas e ex-presidente da CFOAB Bernardo Cabral, e tendo como vice-presidente a prestigiada advogada humanista Margarida Pressburger –, a fim de acompanhar estreitamente o processo eleitoral e responder com prontidão a todo ataque ao Estado Democrático de Direito.

Como disse o filósofo Edmund Burke: “Tudo que o mal precisa para triunfar é que os homens bons não façam nada”. Nesse momento de crucial importância para a história brasileira, no qual as instituições comprometidas com a defesa à democracia têm o dever de manter a vigilância e rechaçar qualquer perigo à estabilidade constitucional, o IAB, como exemplo mais candente de liderança democrática, cumpre com sua tradição de vocalizar veementemente contra o arbítrio ou movimento que venha a desaguar na ruptura institucional, na certeza de que não haverá triunfo das forças retrógradas e contrárias às conquistas civilizatórias.

Sydney Sanches



Posses

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, ex-presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil na capital do País (OAB/DF), tomou posse como membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), na sessão solene conduzida pelo presidente nacional, Sydney Sanches, no dia 16 de maio, no Salão Nobre da sede do CFOAB, em Brasília. Na ocasião, o presidente também deu posse, como membro efetivo, ao ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) André Luiz Guimarães Godinho.

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça, foi empossado como membro honorário no dia 14 de junho, em seu gabinete, em Brasília (DF), pelo presidente Sydney Sanches, que o indicou para o Instituto junto com a ex-presidente Rita Cortez. “Receber o ministro Cueva é reafirmar o compromisso originário do IAB em ser um espaço de juristas”, disse Sydney Sanches.

Nos meses de maio e junho, tomaram posse como membros efetivos os advogados Carlos André dos Santos, Cláudia Franco Corrêa, Cláudio Lins de Vasconcelos, Fabio Luiz Gomes Gaspar de Oliveira, Fábio Zech Sylvestre, Felipe Rhamnusia de Lima, Ilana Fried Benjô, João Lima Arantes, João Paulo da Silveira Ribeiro da Silva, Jonas Oberg Ferraz, José Maurício Vasconcelos Coqueiro, Marcio Antonio Torres Filho, Martonio Mont’Alverene Barreto Lima, Patrícia Regina Pinheiro Sampaio, Talita Menezes Nascimento e Tatiana Alves Carbone.

O IAB, como exemplo mais candente de liderança democrática, cumpre com sua tradição de vocalizar veementemente contra o arbítrio ou movimento que venha a desaguar na ruptura institucional

Expediente

Acompanhe o IAB nas redes sociais



IABnacional

Diretoria Estatutária

Presidente: Sydney Limeira Sanches
1º vice-presidente: Carlos Eduardo de Campos Machado
2º vice-presidente: Adriana Brasil Guimarães
3º vice-presidente: Ana Amélia Menna Barreto de Castro Ferreira
Secretário-geral: Jorge Rubem Foleira de Oliveira
Diretor secretário coordenador do setor administrativo: Antônio Laért Vieira Júnior
Diretora Secretária de Relações Universitárias: Benizete Ramos de Medeiros
Diretora Secretária de Diversidade e Representação Racial: Edmêe da Conceição Ribeiro Cardoso
Diretor Secretário de Relações Institucionais: Armando Silva de Souza
Diretor Financeiro: Amon Velmovsky
Diretor Financeiro Adjunto: Luiz Felipe Conde
Diretora Cultural e ESIAB: Leila Pose Sanches
Diretora da Biblioteca: Marcia Dinis

Orador Oficial: Sergio Francisco de Aguiar Tostes
Diretor para Relações Governamentais e Legislativo: Miro Teixeira
Diretor de Coordenação das Comissões: Adilson Rodrigues Pires
Diretora de Comunicação: Camella Grünel

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Ouvidor e Apoio aos Sócios: Paulo Maltz
Diretor Representante nas Entidades Internacionais: Paulo Malta Lins e Silva
Diretora de Eventos: Paula Helene Verqueiro
Diretor de Tecnologia e Inovação: Bernardo José Ferreira Gicquel de Deus
Diretora da Revista Digital: Katia Rubinstein Tavares
Diretor de Recursos Humanos: Henrique Lopes de Souza
Procuradores: João Theotônio Mendes de Almeida Junior, Paulo de Moraes Penalba Santos, Renato Neves Tonini e Rogério Alvaro Serra de Castro

REPRESENTANTES ESTADUAIS

Alvaro Fernando da Rocha Mota (PI), Ana Paula Araújo de Holanda (CE), André Augusto Malcher Meira (PA), Anieli Miranda Auiero (AM), Antônio Oneildo Ferreira (RR), Auriney Uchôa de Brito (AP), Breno Dias de Paula (RO), Carlos Alberto de Souza Rocha (ES), Carlos Pessoa de Aquino (PB), Carmela Grüne (RS), Claudio Araújo Pinho (MG), Daniel Blume Pereira de Almeida (MA), Fábio Arthur da Rocha Capilé (MT), Fábio Túlio Barroso (PE), Francilene Gomes de Brito (CE), Hélio Leitão (CE), Joelson Costa Dias (DF), Luciana Barcellos Slosbergas (SP), Luis Antônio Camargo de Melo (DF), Luiz Claudio Silva Allemand (ES), Luiz Rodrigues Wambier (PR), Luiz Viana Queiroz (BA), Manoela Gonçalves Silva (GO), Nilson Reis (MG), Paulo Joel Bender Leal (RS), Paulo Nicholas de Freitas Nunes (AL), Sandro Mezzarano Fonseca (SE), Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho (SC) e Thiago Branner Garcês Costa (MA).

Av. Marechal Câmara 210, 5º andar - Centro
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-080 - Telefax: (21) 2240-3173
www.iabnacional.org.br | iab@iabnacional.org.br



Folha do IAB

Publicação bimestral do Instituto dos Advogados Brasileiros

Jornalista responsável: Fernanda Pedrosa (MT 13511)
 Redação: Fernanda Pedrosa
 Projeto gráfico e diagramação: Daniel Tiriba

Fotografia: Arquivo IAB
 Impressão: Gráfica Rio DG
 Tiragem: 2.100 exemplares



Institucional

Alunos de Direito da FGV lotam plenário histórico e dão início a projeto de receber jovens no IAB

A sede histórica do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) recebeu, no dia 7 de junho, a visita de cerca de cem alunos do curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV Rio). Eles estavam acompanhados do professor João Manoel de Lima Junior, membro do Instituto, que leciona a matéria Pensamento Jurídico Brasileiro, e foram recepcionados pelo presidente nacional do IAB, Sydney Sanches, e pela diretora Cultural e da Escola Superior do IAB (Esiab), Leila Pose Sanches.

Com ares de curiosidade e atenção, os estudantes ouviram dos anfitriões informações sobre a origem histórica do IAB, o processo de filiação à entidade, as medalhas conferidas pela Casa, o funcionamento das 40 comissões e o papel principal do Instituto hoje, que é o de dar pareceres e contribuir para a boa elaboração das leis do País. “Participamos ativamente do processo legislativo”, afirmou Sydney Sanches, que é membro do IAB há quase 20 anos.

“Vivenciar este momento com vocês, aqui neste plenário histórico, é realmente muito emocionante”, afirmou Leila Pose, lembrando a importância do IAB na história jurídica do Brasil. “O Instituto nos dá muito mais do que nós oferecemos”, afirmou. A diretora explicou que a visita da turma da FGV Direito Rio dá início a um novo projeto do IAB de receber estudantes de Direito que desejem conhecer um pouco mais sobre a história do Instituto, que

em agosto completa 189 anos. O presidente ressaltou que “muita gente no meio jurídico não conhece o IAB”.

Finalidades

Sydney Sanches citou as principais finalidades do IAB à época de sua criação: elaborar o ordenamento jurídico do País, criar a OAB e conferir nacionalidade à advocacia brasileira. Ele também se referiu a grandes nomes da advocacia, como Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Teixeira de Freitas, Sobral Pinto e Heleno Fragoso, que presidiram o IAB. “Quando comemoramos, este ano, o bicentenário da Independência, significa dizer que grande parte dessa história se passou dentro desta Casa: a história do pensamento jurídico, da construção normativa do País e da consolidação da advocacia passou obrigatoriamente pelo IAB”, ressaltou.

Alguns estudantes fizeram perguntas, trazendo a palestra para o tempo atual. Um deles quis saber quando se intensificaram os ataques à advocacia no Brasil. Sydney Sanches disse que “o processo de criminalização da advocacia vem em decorrência da defesa de direitos” e que a tentativa de esvaziamento das conquistas constitucionais aumentou a partir de 2018, com a invasão de escritórios pela polícia, o cerceamento de manifestações de advogados e as tentativas de envolver advogados nos esquemas criminosos dos seus clientes.

“

Quando comemoramos, este ano, o bicentenário da Independência, significa dizer que grande parte dessa história se passou dentro desta Casa: a história do pensamento jurídico, da construção normativa do País e da consolidação da advocacia

”

Sydney Sanches



Os alunos também visitaram a Biblioteca Daniel Aarão Reis, um dos maiores acervos de obras jurídicas do País, com cerca de 40 mil volumes e várias obras raras. Poliana Schneider, de 18 anos, que veio de Santa Catarina para estudar no Rio de Janeiro, e Gabriel Josefi, 17 anos, que veio do Paraná, estavam entre os visitantes que ficaram impressionados com a Biblioteca do IAB. Fundada em 1895, ela é aberta aos profissionais e estudantes de Direito.

IAB reúne entidades civil contra ataques

“A comissão terá a incumbência de dar pareceres técnico-jurídicos sobre questões que julgue pertinentes, mas também irá reagir de forma rápida a fatos que venham a colocar em cheque a democracia brasileira, sobre a qual não transigimos”

Sydney Sanches



Da esq. para a dir., Miro Teixeira, Octávio Costa, Aldo Arantes, Jorge Folena, Sydney Sanches, Armando de Souza, Margarida Pressburguer e Bernardo Cabral

O presidente nacional do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Sydney Sanches, deu posse no dia 7 de julho, no plenário histórico, no Rio de Janeiro, aos membros da recém-criada Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa. Ao final da reunião, foi lido um manifesto em defesa do estado democrático de direito, em que as entidades representadas rechaçam os ataques à democracia brasileira e às suas instituições.

Sydney Sanches explicou como surgiu a ideia de criar a comissão, que tem previsão de encerrar seus trabalhos em 1º de janeiro: “Desde o início da nossa gestão, temos nos deparado com constantes ataques às nossas instituições, ao nosso modelo de eleição, à livre e independente informação, o que nos levou a refletir para avançar um pouco mais na forma como o Ins-

tituto enfrenta esses temas muito caros à democracia brasileira”. A comissão tem como finalidade dialogar com as entidades da sociedade civil e conta, inclusive, com colaboradores de fora do Brasil.

“Este é o momento de se criar uma grande frente de todas as entidades comprometidas com a democracia”, disse o presidente do IAB, ressaltando que a comissão terá a incumbência de dar pareceres técnico-jurídicos sobre questões que julgue pertinentes, “mas também irá reagir de forma rápida a fatos que venham a colocar em cheque a democracia brasileira, sobre a qual não transigimos”. Ela será presidida pelo ex-senador Bernardo Cabral, relator da Constituição de 1988, e terá como vice-presidente a advogada Margarida Pressburguer, membro do Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU.

Foram empossados como membros da Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa, além de Bernardo Cabral e Margarida Pressburguer, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Octávio Costa; o coordenador nacional da Associação de Advogadas e Advogados pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC), Aldo Arantes; o representante da União Internacional de Advogados (UIA) no Brasil, Ettore Botteselli, e a secretária-geral da Federação Interamericana de Advogados (FIA), Lourdes Venes. Os dois últimos participaram do evento virtualmente.

Bernardo Cabral lembrou a presença, no plenário, de dois ex-deputados constituintes – Miro Teixeira e Aldo Arantes – e disse que eles sabem que “fazer a Constituição Federal custou muito so-

des da sociedade es à democracia



frimento, por isso todos nós temos que defendê-la”. Octávio Costa destacou a violência do atual governo contra os jornalistas, alvos de ataques constantes do presidente da República e de seus auxiliares e simpatizantes, numa ameaça ao exercício da profissão e à liberdade de imprensa: “Temos muita preocupação com o que pode acontecer na cobertura dessas eleições. Estamos preparados para o pior”.

Ettore Botteselli afirmou que a UIA “atua de forma muito efetiva na defesa do estado de direito e nos direitos dos advogados, buscando sempre preservar a democracia e os benefícios que ela traz”. Segundo ele, a criação da Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa “tem todo o suporte da UIA”. Lourdes Venes também manifestou o apoio da FIA à iniciativa do IAB.

Manifesto em defesa do estado democrático de direito

As entidades abaixo subscritas vêm a público rechaçar os ataques à democracia brasileira e às suas instituições, perpetrados e fomentados pelos agentes contrários à estabilidade política.

Tentativas reiteradas de desacreditar o processo eleitoral, em que são lançadas, sem qualquer comprovação, dúvidas sobre a isenção e a probidade dos ministros que compõem o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal, assim como o indevido chamamento das Forças Armadas para que operem como fiadoras das eleições, vêm manchando nossas instituições.

A vontade da soberania popular, expressada por meio de eleições livres e democráticas, realizadas e apuradas de acordo com a legislação eleitoral em vigor, consagradas e respeitadas por décadas no País, deve ser acatada por todos.

Neste momento de crise da nossa República, avulta em importância a mobilização da sociedade civil para salvaguardar as liberdades asseguradas na Constituição, fruto de lutas e conquistas históricas.

Os subscritores reafirmam seu compromisso com a defesa intransigente dos postulados democráticos, de eleições livres e da liberdade de imprensa, ao tempo em que lançam um alerta à consciência cívica nacional para os perigos iminentes que ameaçam o estado democrático de direito no Brasil.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 2022.

Instituto dos Advogados Brasileiros

Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

Associação de Advogados e Advogadas em Defesa da Democracia, Justiça e Cidadania – ADJC

FIA – Federação Interamericana de Advogados

Clube de Engenharia

Crea-Rj

“

Neste momento de crise da nossa República, avulta em importância a mobilização da sociedade civil para salvaguardar as liberdades asseguradas na Constituição, fruto de lutas e conquistas históricas

”

Manifesto

Encontro

Sydney Sanches e Beto Simonetti tratam de pautas comuns ao IAB e à Ordem



O presidente nacional do IAB, Sydney Sanches, fez uma visita institucional ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Beto Simonetti, no dia 25 de maio, na sede da OAB Nacional, em Brasília. No encontro, eles debateram pautas comuns às entidades. “São duas instituições que integram a mesma família, pois o Instituto é responsável pela constituição da Ordem, tendo assento no Conselho Federal há 92 anos”, disse o presidente do IAB.

No seu primeiro encontro oficial com o presidente da Ordem, após ser empossado na presidência da Casa de Montezuma, Sydney Sanches anunciou que, em agosto de 2023, o IAB completará 180 anos de história e, em parceria com a OAB, realizará uma série de eventos para celebrar a data.

A respeito da visita, Sanches também disse: “Independentemente da nossa amizade pessoal, hoje vim visitar institucionalmente o presidente Beto, para começarmos a desenhar um projeto conjunto de trabalho para os próximos três anos, seja na realização de eventos, na aproximação das comissões ou na defesa da ordem e do estado democrático de direito”.

Beto Simonetti falou da “honra” de ser filiado ao IAB, “entidade que gestou a própria Ordem dos Advogados”. Ele disse ainda: “Dividimos o mesmo espaço como se fôssemos um só corpo e assim somos, porque nossas pautas são convergentes por estarmos irmanados numa única causa, que é a causa da advocacia”.

Estante

Espaço de divulgação de livros doados à Biblioteca Daniel Aarão Reis



SANT’ANNA, Sérgio Luiz Pinheiro (org.). *O Instituto dos Advogados Brasileiros e os pareceres da Comissão de Direito Constitucional*. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022.

A Comissão de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros lança o primeiro livro com os pareceres produzidos pelo grupo e aprovados pelo plenário, permitindo o enfrentamento de temas da maior relevância para o Estado, suas instituições e para o povo brasileiro.



RAMOS, Maria Elisabete Gomes. *O contrato de seguro entre a liberdade contratual e o tipo*. Coimbra: Almedina, 2021.

O livro divide-se em três partes: a primeira identifica as fontes do contrato de seguro e questiona a relação entre a imperatividade e a não imperatividade na era digital; a segunda investiga a caracterização tipológica do contrato de seguro, e a última trata do contrato de seguro perante os desafios da inovação.



SARDAS, Vitor Greijal. *Conceito jurídico de pessoa*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

A obra apresenta a evolução histórico-filosófica do conceito de pessoa no campo jurídico, focando nos princípios filosóficos que dão a um ente a qualidade de pessoa e levando o leitor a questionar quais as repercussões jurídicas desse conceito.

Projeto de lei que cria ‘instrumento de terror e arbítrio’ é rejeitado pelo plenário do IAB



“

O Brasil não tem um histórico de ações terroristas que justifique a elaboração de legislação que regulamente ações contraterroristas

”

June Cirino dos Santos

“A proposta representa grave ameaça à democracia, uma vez que, a título de resposta contra ações terroristas, cria uma força estatal capaz de criminalizar a participação política, o direito à livre manifestação e o exercício efetivo da cidadania, instaurando um Estado de exceção permanente.” Com este argumento, a relatora June Cirino dos Santos, da Comissão de Direito Penal do IAB, conseguiu a aprovação unânime pelo plenário, na sessão ordinária híbrida do dia 25 de maio, do seu parecer contrário ao projeto de lei 1.595/2019. “O PL é um instrumento de terror e arbítrio para o Estado brasileiro, que caminha a passos largos em direção ao autoritarismo e ao fascismo”, afirmou a criminalista.

No debate que antecedeu a aprovação do parecer pelo plenário, o presidente da Comissão de Direito Penal, Marcio Barandier, autor da indicação para a elaboração do documento, afirmou:

“O PL é o mais perigosamente inconstitucional e juridicamente absurdo que me recorde de ter lido nos últimos tempos”. O membro da comissão João Carlos Castellar disse que “não há justificativa para uma legislação deste naipe no Brasil, onde terrorismo é o praticado pelos órgãos de segurança pública”. Também membro da comissão, Kátia Tavares falou que “a aprovação do PL provocaria a ampliação do estado de exceção a que está submetida a população pobre”.

De autoria do deputado federal Major Vitor Hugo (PL/GO), o PL visa a regulamentar as ações estatais destinadas a prevenir e reprimir atos terroristas, por meio da ampliação da atuação repressiva do Estado e da subordinação direta das forças de repressão ao presidente da República. O texto é uma versão modificada do PL 5.825/16 protocolado pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, em 2016. Com o fim da última le-

gislatura, em 2018, o PL 5.825/16 foi arquivado, conforme prevê o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. “O Brasil não tem um histórico de ações terroristas que justifique a elaboração de legislação que regulamente ações contraterroristas”, afirmou June Cirino dos Santos.

A relatora, que contou com a colaboração do criminalista Ricardo Pieri Nunes, também membro da Comissão de Direito Penal, na elaboração do parecer, criticou duramente o trecho do projeto que, segundo ela, ameaça o direito constitucional à liberdade de expressão e manifestação. De acordo com a relatora, a ameaça se configura quando o texto do PL autoriza que as forças de prevenção e repressão atuem contra “atos que, embora não tipificados como crime de terrorismo, sejam ofensivos à vida humana ou efetivamente destrutivos de alguma infraestrutura crítica, serviço público essencial ou recurso-chave do Estado”.



‘O desrespeito aos tribunais da Nação é intolerável’

O ex-presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e membro de seu Conselho Superior Fernando Fragoso acaba de assumir a presidência da Federação Interamericana de Advogados (FIA), entidade que congrega ordens, colégios de advogados e profissionais de todos os países das Américas, Espanha, França e Inglaterra. Advogado criminal desde 1973, ele é um dos três brasileiros admitidos para atuar perante o Tribunal Penal Internacional, em Haia. Nesta entrevista, Fragoso fala dos seus planos à frente da FIA e de como o IAB pode ampliar sua participação no cenário internacional. A preocupação com a democracia e as instituições brasileiras também não ficou de fora.



Nos preocupantes tempos que correm, as entidades da advocacia precisam estar atentas, vigilantes e combativas para que os princípios democráticos sejam preservados

Quais são os seus principais objetivos à frente da FIA?

A FIA é uma associação de ordens de advogados e de advogados de todas as Américas, fundada em 1940. Os objetivos de minha presidência são os de recuperar as atividades presenciais que ficaram perdidas com a pandemia. Ampliar a atividade acadêmica, como fizemos nas minhas gestões no IAB. Quero envolver a advocacia brasileira no universo continental em vários eventos, e para tanto conto com o Instituto. Temos as mesmas comissões temáticas e nada melhor do que integrá-las em trabalhos comuns

Em um contexto mundial polarizado e desafiador para os princípios civilizatórios, quais são os maiores desafios das entidades internacionais da advocacia, como a FIA?

Nos preocupantes tempos que correm, as entidades da advocacia precisam estar atentas, vigilantes e combativas para que os princípios democráticos sejam preservados. Temos vários exemplos de regimes autoritários em nosso continente. A FIA tem lutado e vai continuar a lutar firmemente pela ordem democrática em todos os quadrantes de sua atuação.

Como o IAB, a entidade da área jurídica mais antiga das Américas, pode ampliar sua participação no cenário internacional?

O IAB sempre teve atuação institucional internacional. Eu mesmo já representei o IAB em eventos internacionais, nomeado pelos presidentes da Casa.

Parece-me que é necessário ampliar a cooperação acadêmica, tão importante para a troca de experiências entre brasileiros e estrangeiros. Inclusive como ampliação de ambiente de trabalho profissional. Sydney Sanches se apresenta como um líder voltado para este segmento de atividades e, definitivamente, cooperaremos!

A FIA tem um Observatório Eleitoral Permanente. De que modo a entidade pode contribuir para a garantia de eleições democráticas no Brasil?

A FIA estará presente nas eleições brasileiras, assim como esteve recentemente nas eleições da Colômbia e do Peru. Estimo que a nossa presença e observação das eleições possa auxiliar na regularidade dos pleitos e de alguma forma impactar perante todos os que estejam envolvidos nas eleições, onde quer que ocorram, e trazendo a lume suas constatações.

No ano do bicentenário da independência do Brasil temos motivos para nos preocupar com a nossa democracia e institucionalidade constitucional?

Infelizmente, sim. Um presidente eleito democraticamente e pelos meios regulares não se peja de proferir ameaças às instituições do País e ao sistema eleitoral que o elegeu. Seu desrespeito pelos tribunais da Nação é intolerável. Esperamos que, tal como entrou democraticamente no Poder Executivo, apeie dele, serenamente, para que seu substituto ou substituta possa iniciar sua trajetória de atuação.